
Ensaio

Precarização do Trabalho e Precariedade Subjetiva do Docente de Universidades Públicas Nordestinas: possibilidades de intervenção com vistas à saúde mental¹

Shirley Macêdo¹, Jorge Falcão²

¹ <http://orcid.org/0000-0003-1619-2353/> Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), Colegiado de Psicologia, Petrolina, Pernambuco, Brasil.

² <http://orcid.org/0000-0002-2798-3727/> Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CCHLA), Departamento de Psicologia, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

Resumo

Este ensaio tem por objetivo suscitar reflexões sobre a relação entre a precarização da situação de trabalho na contemporaneidade e o processo de precariedade subjetiva em docentes de universidades públicas nordestinas brasileiras. Frente ao processo de precarização das situações de trabalho nessas universidades, os autores compreendem a precariedade subjetiva como um processo de empobrecimento crítico que deixa o docente-trabalhador submetido a processo subjetivo de sofrimento e/ou adoecimento, com desdobramentos graves em face dos mecanismos de controle comportamental do sistema meritocrático vigente nas instituições federais de ensino superior. Com base em estudos que apontam o comprometimento da saúde mental de docentes nas referidas instituições, eles apontam possibilidades de intervenção no âmbito dessas instituições, visando à saúde mental desses trabalhadores, em termos de prevenção e de ação clínica. A presente contribuição conclui com recomendação de se desenvolver uma cultura de retomada do trabalho docente bem feito e respeito ao trabalhador-docente, o que deverá ser ratificado por políticas públicas voltadas para esses sujeitos, como forma de beneficiar toda a comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Trabalho, Saúde Mental, Universidade

¹ O presente artigo fez parte do projeto de atividades previsto pela autora principal, Profª Drª Shirley Macêdo, no contexto de estágio pós-doutoral com supervisão do segundo autor, Prof. Dr. Jorge Tarcísio da Rocha Falcão, realizado no Programa de Pós Graduação em Psicologia (PPGPSI), no Grupo de Estudos sobre o Trabalho (GEPET), da UFRN, no período de 16 de agosto de 2023 a 15 de agosto de 2024.

Precariousness of work and subjective precariousness of teachers in Brazilian northeastern public universities: possibilities of intervention aiming mental health

Abstract

This essay aims to provoke reflections on the relationship between the precariousness of the work situation in contemporary times and the process of subjective precariousness among teachers of public universities in northeastern Brazil. Faced with the process of precariousness of work situations in these universities, the authors understand subjective precariousness as a process of critical impoverishment that leaves the teacher-worker submitted to a subjective process of suffering and illness, with serious consequences in the face of the behavioral control mechanisms inside the meritocratic system existing in federal institutions of Brazilian higher education. Based on studies that point to the impairment of the mental health of professors of these federal institutions of higher education, possibilities of intervention within these institutions aiming at the mental health of these workers are discussed, in terms of both prevention and therapeutic action. This contribution concludes with a recommendation to develop a culture of resumption of well-done teaching work and respect for the teaching worker, which should be ratified by public policies aimed at teaching workers as a way to benefit the entire academic community.

Keywords: Work, Mental Health, University

Précarité du travail et précarité subjective des enseignants dans les universités publiques du Nord-Est brésilien : possibilités d'intervention en vue de la santé mentale

Resumé

Cet essai cherche à susciter des réflexions sur la relation entre la précarité de la situation de travail à l'époque contemporaine et le processus de précarité subjective chez les professeurs des universités publiques du nord-est du Brésil. Face au processus de précarité des situations de travail dans ces universités, les auteurs comprennent la précarité subjective comme un processus d'appauvrissement critique qui laisse l'enseignant-travailleur soumis à un processus subjectif de souffrance et de maladie, avec de graves conséquences face aux mécanismes de contrôle comportemental du système méritocratique en vigueur dans les établissements fédéraux d'enseignement supérieur. Sur la base d'études qui pointent vers l'atteinte à la santé mentale des professeurs de ces établissements fédéraux d'enseignement supérieur, les possibilités d'intervention au sein de ces institutions visant la santé mentale de ces travailleurs sont discutées, en termes de prévention et en termes d'action thérapeutique. Cette contribution se conclut par une recommandation de développer une culture de reprise du travail d'enseignement bien fait et de respect du personnel enseignant, qui devrait être ratifiée par les politiques publiques visant les travailleurs de l'enseignement comme un moyen de bénéficier à l'ensemble de la communauté universitaire.

Mots-clefs: Enseignement supérieur, Travail, Santé mentale.

Esse ensaio objetiva suscitar reflexões sobre a relação entre precarização da situação de trabalho na contemporaneidade e o processo de precariedade subjetiva em uma categoria profissional e um contexto social específicos: do docente de universidades públicas nordestinas. Cabe, desde logo, enfatizar, a partir da perspectiva de uma certa psicologia da atividade de trabalho informada por uma abordagem histórico-cultural, que precarização da atividade de trabalho e precarização subjetiva podem ser temas separados para que nos refiramos a cada um deles com o devido foco, mas se tratam de fenômenos absolutamente interconectados.

Para tanto, faremos, inicialmente, uma exposição conceitual sobre os temas elegidos para a reflexão, quais sejam, precarização no trabalho e precariedade subjetiva, e, posteriormente, discorreremos sobre as relações entre esses processos no contexto da atuação docente do ensino superior público, sugerindo, por fim, ações intervencionistas que consideramos significativas para o enfrentamento da situação precarizada de trabalho à qual está submetida essa categoria profissional nas universidades nordestinas.

Como sabemos, a reestruturação produtiva dos anos 1980 culminou em valores como individualismo, competitividade, rigidez e busca por alto desempenho (Souza et al., 2017), que, para nós, sedimentam, na contemporaneidade, a cultura da alta performance, permeada também por valores como excelência, relações não solidárias e cooperativas entre as pessoas e pressão/autocobrança por produtividade (Macêdo, 2020). Esses modos de viver e trabalhar podem levar o trabalhador a experimentar o processo denominado por Linhart (2009) de precariedade subjetiva, que desencadeia sentimento de isolamento e abandono diante de exigências que um sujeito acredita não ter condições de atender.

Nesse contexto de cultura da alta performance, é possível refletir que o sujeito silencia seu sofrimento, não se permitindo assumir nem revelar a outrem suas fragilidades, afetado que está pela fantasmagoria da exclusão, diante da carência de espaços coletivos de convivência e da falência da solidariedade. Resta a ele, tão somente, responsabilizar-se e culpabilizar-se pelo próprio fracasso, o que pode tornar o sofrimento insuportável (Macêdo, 2018).

Se uma cultura sustenta os modos de ser e estar em uma sociedade, podemos dizer que o processo descrito acima ocorre em todas as esferas institucionais e das relações humanas. Nas universidades, por exemplo, aduba-se um terreno frutífero para a competitividade entre as pessoas e diminuição da sensibilidade à alteridade, pois, a lógica meritocrática que permeia essa realidade social leva os docentes a se embever de vaidades intelectuais (Carvalho, Kidoiale, Carvalho, & Costa, 2020), e, mesmo sob o risco da sobrecarga de trabalho, a

negarem os próprios limites, não dando vez nem voz ao sofrimento, porque vivências de sofrimento não são passíveis de registro no histórico curricular desses docentes.

Han (2015) nos lembra de todo esse processo e nos alerta que, na denominada por ele de sociedade do cansaço, os sujeitos se impõem o máximo de desempenho, que os leva à exaustão física e mental, naturalizando a competição, o medo do fracasso e da exclusão, assim como o sentimento de inadequação e/ou incompetência. Neste sentido, consideramos, tal como propõem Souza et al. (2017, p. 3669), que “o trabalho desses profissionais vem sofrendo alterações profundas, o que mostra a necessidade de novos estudos que permitam dar visibilidade aos problemas relacionados à saúde dos professores da educação pública superior no Brasil”.

Precarização do Trabalho e Precariedade Subjetiva no Contexto das Universidades Públicas Nordestinas

Para contextualizar as temáticas aqui abordadas, entendemos que trabalho e subjetividade estão intrinsecamente relacionados, tendo em vista as quatro dimensões interligadas que organizam a atividade de trabalho: individual, interpessoal, transpessoal e impessoal (Clot, 2006; 2010). Nesse sentido, convém esclarecer que partimos de uma ontologia do trabalhar, entendendo que trabalhar é uma atividade através da qual o indivíduo se constitui como sujeito na sociedade (Clot & Lhuillier, 2010; Dejours, 2004; Dejours & Gernet, 2012; Lhuillier. 2006), sendo o outro altamente significativo nesse processo, no contexto de uma microcultura da organização, e de uma macrocultura.

Portanto, para além do ato de produzir, o sujeito trabalhador constrói a si mesmo e contribui para o processo histórico-social, colocando sua marca no mundo, necessitando, portanto, estar inserido em um contexto de relações em que outros reconheçam sua atividade. Quando, contudo, essa atividade é impedida pelo(s) outro(s) ou por condições de trabalho em sentido mais amplo, ocorre uma cisão entre o sujeito e ele mesmo, o que, necessariamente, tem consequências para a sua integridade psíquica e para o seu processo de tomada de posição no mundo. Isso afeta seus modos de ser, sentir, pensar e agir.

Ao longo da história da humanidade, e muito especialmente no período contemporâneo pós-revolução industrial, no entanto, o trabalho foi sendo compreendido como modo de produção, estando restrito apenas àquilo que o sujeito é capaz de fazer e contribuir para a organização produtiva à qual se filia, e, por extensão, para a sociedade. Destarte, os modos de organização contemporâneos dos sistemas produtivos deram ênfase a formas de

situar a atividade de trabalho humana que, por sua vez, geraram mecanismos de controle visando ao aumento de produção em detrimento da subjetividade do trabalhador envolvido (Lhuillier, 2016).

Assim, a realidade do contexto produtivo das organizações privadas, em seus modos de gestão e organização do trabalho, fundamentou-se em sistemas como o taylorismo, o fordismo e o toyotismo, os quais, aliados à lógica do capitalismo flexível, também invadiram, ao longo dos anos, as organizações públicas, a exemplo das universidades, promovendo aquilo que, já nos anos 1990, Slaughter e Leslie (1997) chamaram de capitalismo acadêmico.

Consequentemente, em virtude de mudanças nos modos de conduzir as atividades de ensino, pesquisa e extensão, do acúmulo de funções e do exacerbado produtivismo acadêmico (Bernardo, 2014; Bosi, 2007; Souza et al., 2017), os sujeitos que compõem as universidades passaram a experienciar a precarização da situação de trabalho. Para nós, baseados na proposta de Fernández-Zoila (2016), a situação concreta de trabalho inclui as condições e as relações de trabalho, considerando que a experiência humana é singular e se expressa através de uma linguagem que se constitui nas dimensões tempo, espaço e lugar.

Enquanto a precarização da situação de trabalho invade a vida docente, a lógica capitalista adotada nesse contexto viabiliza um modelo de gestão gerencialista que estimula o produtivismo acadêmico, o qual resulta na valorização da quantidade de orientações e horas-aula na pós-graduação (Bernardo, 2014), e muito mais na valorização da quantidade de publicações em periódicos de alta qualificação por órgãos de fomento à pesquisa e avaliação dos programas de pós-graduação, como é o caso brasileiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O contexto atual de avaliação do trabalho docente é fortemente centrado nos indicadores de produtividade registrados na Plataforma Lattes. Sobre isso, Ribeiro & Leda (2016), escrevem:

[Os trabalhadores docentes nas IFES brasileiras] tornam-se propensos a uma internalização do controle organizacional, manifestando uma rigorosa autogestão, que frequentemente se sobrepõe ao controle externo. Nesse cenário, os docentes destinam parte significativa do seu cotidiano não apenas ao cumprimento das exigências institucionais impostas - por exemplo, para produzir artigos dentro dos parâmetros estabelecidos pela CAPES -, mas, sobretudo, para superar os seus próprios resultados. Revelam-se fascinados pela possibilidade de sucesso e reconhecimento acadêmico e, imbebidos pela ideologia da excelência, transformam-se em algozes de si mesmos ao alimentarem um modelo de gestão perverso. Na busca frenética pelo prestígio

profissional, os docentes tornam-se vulneráveis, podendo ser cooptados pelo viés ideológico exercido pelo gerencialismo (Ribeiro & Leda, 2016, p. 111).

Ora, a internalização aludida acima pode ser considerada um dos aspectos fundantes do que propusemos chamar, aqui, de precariedade subjetiva. Trata-se, em última análise, de um processo de empobrecimento crítico que deixa o indivíduo entregue às fontes da sua própria degradação, e isso de forma perigosamente eficaz para o controle não somente comportamental, mas em termos de visão de mundo desse indivíduo.

A ideologia gerencialista, cuja ferramenta central é a meritocracia, impregnou a subjetividade de muitos trabalhadores contemporâneos, especialmente nas instituições federais de ensino e pesquisa (Behar, 2019). Configura-se, então, a perda de referencial crítico do indivíduo em relação aos interesses organizacionais, sem que tais interesses sejam minimamente vistos como hostis, perigosos, precarizantes em si mesmos. Tal vivência, defendemos, instala e respalda o que denominamos de precariedade subjetiva.

Precariedade subjetiva é um termo criado por Linhart (2009) para designar um sentimento pelo qual passa o trabalhador em emprego estável, quando ele é confrontado constantemente com inúmeras demandas às quais ele pensa não conseguir responder, e fica preocupado em não manter seu posto de trabalho. Este autor escreve:

É a sensação de não estar em casa no trabalho, de não poder confiar em suas rotinas profissionais, em suas redes, em seu conhecimento e *know-how* acumulado através da experiência ou transmitido pelos seus superiores; é a sensação de não dominar o trabalho e de ter que desenvolver habilidades e se esforçar continuamente para se adaptar, para cumprir os objetivos definidos, para evitar colocar-se em perigo física e moralmente (Linhart, 2009, p.2)².

Para Linhart (2009), isso promove sofrimento e adoecimento psíquicos. Diríamos, com Fernández-Zoila (2016), que tanto o sofrimento existencial quanto os transtornos psíquicos, se dariam, aí, como rupturas nos modos como o trabalhador vivencia essa experiência subjetiva do trabalho.

Para manter a saúde do trabalhador, segundo Linhart (2009), a estabilidade deveria estar alinhada com uma gestão com foco na coletividade, centrada na moralidade, na solidariedade e na ajuda mútua, favorecendo a luta dos trabalhadores diante do sistema que os opõe. No entanto, a contemporaneidade vem se caracterizando como uma sistemática

² Tradução nossa.

individualização da gestão do trabalho, pois o sujeito fica à mercê de si mesmo. Portanto, o que pode resultar disso é, por exemplo, o *burnout*, o assédio moral e o comportamento suicida.

Nesse processo, também ocorre, segundo Behar (2019), a captura, o sequestro da subjetividade humana, que se efetiva exclusivamente pelo reconhecimento individual, comprometendo o espaço dos vínculos, reforçando o individualismo e proporcionando o desenvolvimento da precariedade subjetiva, que decorre não apenas da necessidade constante do sujeito de se adequar, mas também de atestar suas competências individuais alinhadas às necessidades organizacionais. Resulta, daí, um ambiente nocivo, competitivo e individualista nas organizações contemporâneas.

A vivência de precariedade subjetiva, é preciso dizer, não deixa de provocar danos importantes para a saúde física e mental do trabalhador - mesmo que ele não tenha claro o nexo causal trabalho-adoecimento. O sequestro acima aludido ocorre em um contexto social de cansaço, conducente ao esgotamento (aqui incluído o *burnout*), contextos em que o trabalhador vive uma liberdade paradoxal: está sozinho consigo mesmo, mas se sente depressivo e fracassado como “empresário de si mesmo” (Han, 2015). Entendemos, portanto, que ele está esgotado de ser quem é. Está consumido por um processo interno de conflito entre a tendência a priorizar tudo o que lhe diz respeito, e, ao mesmo tempo, se isolar perigosamente.

Podemos dizer, então, que, diante do cenário em que se situam as universidades, como contexto produtivo de trabalho, muitos docentes vêm passando por quadros de sofrimento existencial intenso, adoecimento psíquico (transtornos mentais e comportamento suicida) e/ou crise psíquica grave (Leonello & Oliveira, 2014; Oliveira et al., 2017). Além disso, no contexto organizacional, esses profissionais podem enfrentar autoritarismo, dominação, discriminação e assédio moral (Macêdo, 2018; Do Nascimento & Macêdo, 2019). Vivendo na ânsia de “fazer parte” no cenário contemporâneo de produtividade, sequer dispõem de ferramentas internas para enfrentamento dessas dificuldades.

No que diz respeito especificamente às universidades públicas do Nordeste do Brasil, já que nosso foco são os docentes dessas instituições, elas foram implantadas pelo Governo Federal na segunda metade do século XX nas grandes capitais já com um modelo universitário com vários cursos graças a movimentos políticos municipais e estaduais, constituindo-se de faculdades isoladas, primando essencialmente por formar professores e outros profissionais relacionados com o trabalho de campo. Contudo, no início do século XXI, mais precisamente entre 2003 e 2007, o Governo Federal iniciou o processo de

interiorização do ensino superior público federal, expandindo ou criando diversas instituições (Araújo & Cusati, 2019).

A expansão do ensino superior público federal, apesar de trazer benefícios para as comunidades interioranas nordestinas (como a possibilidade de estudantes de regiões longínquas adentrarem uma universidade pública mais próxima, o desenvolvimento de pesquisas e o acesso das pessoas a serviços de qualidade), por ter sido contraditória, desordenada e multifacetada, teve implicações na subjetividade e na saúde do docente, justamente devido à naturalização das práticas gerencialistas que assolavam a gestão pública e, portanto, a “nova universidade” (Ribeiro, Leda, & Silva, 2015).

Acreditamos que era de se esperar, necessariamente, que pesquisadores novos concorressem aos concursos para essas instituições, visto a busca pela estabilidade no mercado de trabalho ser algo ainda almejado no final do século XX. No entanto, para além da estabilidade, eles(as) se depararam com pouca infraestrutura física, financeira e de pessoal. Mas o processo de expansão focado em aumento de vagas sem aumento de corpo funcional continuou existindo, sobrecarregando esses docentes, inclusive com atividades técnico-administrativas para além de suas funções de ensino, pesquisa e extensão, resultando, assim, nos anos seguintes, em um quadro caótico de afastamentos por transtornos mentais. Nesse contexto, observam Ribeiro et al. (2015, p.166):

A doença ou problemas de saúde mental, em si mesmos não visíveis, se desenvolvem ou tendem a se desenvolver como doença insidiosa, podendo ser utilizada a metáfora da droga e do câncer para analisar o adoecimento do professor capturado pela sociabilidade produtiva e, acrescente-se, impedido, em muitos momentos, de concretizar em seu cotidiano seus almejados anseios e intencionalidades, éticos e políticos, de transformação social; ou, no mínimo, de realização de sua “missão”, de “ser professor”, de “ser pesquisador”. Pesquisando a dor dos professores, notam-se frágeis formas de reconhecimento, mais pautadas em números e metas do que no real do trabalho, minimizando, desta forma, as chances da transformação do sofrimento em prazer pela mediação do trabalho.

Vários autores têm pesquisado sobre isso na última década. Santos (2012), por exemplo, realizou um estudo em faculdades privadas, no qual refletiu também sobre as universidades públicas, no que diz respeito ao comportamento dos docentes: competitividade, obsessão em vencer e obter sucesso, e trabalho que se estende para além dos muros

acadêmicos. Ressaltou que nesse contexto o que sobressai e é cotidianamente reforçado é a ética individualista, o que promove processos adoecedores e neutraliza as lutas coletivas.

Já Bernardo (2014), ao realizar um estudo usando entrevistas reflexivas com docentes de uma universidade pública, chegou aos resultados de que muitos professores têm discursos semelhantes aos operários de fábrica, embora se diferenciam pela estabilidade, mas a precariedade vivenciada por esses sujeitos leva a desgaste mental, tendo como consequência sofrimento e adoecimento psíquicos, diante dos quais, mesmo estando conscientes do processo, alguns sujeitos adotam estratégias individuais em detrimento de estratégias coletivas.

Por sua vez, Rodrigues, Souza, Teixeira e Larentis (2020) destacaram como as mudanças no contexto do trabalho docente de universidade pública intensificaram o tempo para além do expediente, levando o sujeito a perder o controle sobre o próprio trabalho e a reproduzir a lógica capitalista neoliberal. Segundo Romanini (2021), essa lógica nas universidades está pautada no desempenho individual e na meritocracia, fortalecendo “práticas sociais individualistas, produtivistas e concorrenenciais no âmbito acadêmico” (Romanini, 2021, p. 55).

Constatamos, no entanto, que, apesar de vários estudos sobre produtivismo acadêmico (por exemplo, De Farias Jr., 2020; Teixeira, Marquezze, & Moreno, 2020; Vieira, Castaman, & Juges Jr., 2021), há carências de pesquisas realizadas em universidades públicas nordestinas sobre as temáticas aqui elegidas, notadamente sobre precariedade subjetiva do docente. Entretanto, vale ressaltar que encontramos alguns estudos interessantes que denotam como a precarização do trabalho nessas instituições está comprometendo a saúde mental dos docentes.

Guerreiro (2015), por exemplo, partindo do pressuposto de que a expansão do ensino superior público foi desordenada e gerou precarização no trabalho docente, concluiu que vários professores de Institutos Federais (IFs) tiveram que preparar mão de obra para o mercado de trabalho, muitas vezes não sendo qualificados para formar capital humano em cursos gratuitos de curta duração. Seus resultados comprovaram que há poucos professores de determinadas áreas em vários IFs espalhados pelo Nordeste, denunciando sobrecarga laboral.

Já Coêlho, Sousa e Coêlho (2016) realizaram um levantamento sobre características clínico-comportamentais de 240 docentes de universidades do sertão paraibano, constatando que 43,75% deles estavam em tratamento psiquiátrico, havendo maior frequência de episódios depressivos maiores, além de transtorno misto de ansiedade-depressão. Mesmo aqueles

docentes que não realizavam tratamento, 24,4 % informaram já ter apresentado episódio depressivo maior.

Enquanto Jardim, Oliveira Júnior, Shott e Reis (2022) realizaram uma pesquisa quantitativa com 39 docentes da Universidade Federal de Sergipe, a maioria jovens doutores e do regime de trabalho de dedicação exclusiva, encontrando que 74% dos sujeitos estavam insatisfeitos com o seu trabalho, embora estivessem motivados para trabalhar e apresentassem bons índices de qualidade de vida; Teixeira, Xavier e Nascimento (2023) investigaram *burnout* entre 164 docentes da área de saúde de uma universidade pública de uma capital do Nordeste, evidenciando alto nível de realização profissional e presença de fatores de proteção, mas, diante de altos níveis de exaustão emocional e despersonalização, os resultados indicam que os sujeitos estavam em processo de adoecimento.

No que se refere especificamente às temáticas elencadas neste ensaio, uma pesquisa realizada por Leite (2017) contou com a participação de docentes do Nordeste, que, juntamente aos de outras regiões, permitiram que a autora constatasse que esses sujeitos introjetaram o ritmo do produtivismo acadêmico e se culpavam por não saberem lidar com ele, como também o naturalizavam, alegando a própria falta de organização sem vislumbrar outra forma de trabalhar. Interessante que, ao serem questionados sobre serviços de apoio aos docentes, os participantes do estudo informaram que não existiam, mas mesmo que houvesse um serviço na universidade, não o procurariam, por receio de estigmatização e/ou afastamento do trabalho.

Esse receio, reiteramos, tem a ver com o processo de precariedade subjetiva dos docentes, imbuídos que estão dos valores internalizados na cultura da alta performance. Na condição de assujeitamento ao sistema, os docentes, servos voluntários da precarização das situações de trabalho e do produtivismo acadêmico, sozinhos e isolados, parecem não querer denotar fraqueza. Junta-se a isso a competitividade acirrada e a falência de vínculos, ficam carentes de possibilidades coletivas de transformação da realidade.

Certamente o desaparecimento dos coletivos de trabalho, como ocorre nas organizações privadas na contemporaneidade, é uma tendência nas instituições públicas. As pessoas estão sozinhas, afundando-se silenciosamente em seu sofrimento, sem ter quem as ajude, o que leva a graves consequências à saúde mental delas (Merlo, 2013). Entretanto, não basta apenas analisar que essa é uma realidade das instituições públicas de ensino superior e, mais especificamente, no Nordeste. É necessário pensar em como intervir com vistas à saúde mental daquele que protagoniza, junto à comunidade acadêmica, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, levando conhecimento científico à sociedade.

Possibilidades de Intervenção frente à Precariedade Subjetiva dos Docentes de Universidades Públicas Nordestinas

O presente ensaio foi escrito por dois docentes de instituições federais nordestinas de ensino superior, ambas situadas em cidades com lugar regional de destaque. A autora principal trabalha em uma universidade federal interiorizada, distribuída em três estados do Nordeste, enquanto o segundo autor trabalha em uma instituição federal localizada em uma capital dessa região. Essa diversidade de contextos de inserção proporcionou riqueza de situações de trabalho a considerar.

Não obstante, na condição comum de docentes de universidades federais nordestinas, percebemos e temos presenciado casos concretos que demonstram como a precarização das situações de trabalho é um sério fator de risco à saúde mental do docente. Nesse sentido, compreendemos que, na cultura da alta performance, deixamo-nos invadir pelo acirrado produtivismo acadêmico, relegando-nos a nós mesmos, sozinhos, isolados e sem rede de apoio, principalmente quando não temos família nem construímos amizades na cidade para a qual nos deslocamos após o concurso.

Para além disso, durante o isolamento social da pandemia da COVID-19 e o consequente ensino remoto que foi estabelecido emergencialmente, produzimos alguns artigos, evidenciando não só os impactos psicossociais na vida do docente de instituições públicas nordestinas, mas a necessidade de cuidado continuado para essa população após essa grave crise social pela qual passamos.

Constatamos, em nossas pesquisas, raiva, medo, solidão, sobrecarga de trabalho, insegurança, desmotivação, falta de habilidade *versus* a necessidade de capacitação em tecnologias digitais de informação e comunicação, mudanças na dinâmica das relações familiares, desregulações físicas, saudade dos espaços presenciais, presenteísmo, aumento do produtivismo acadêmico, readequação de uma rotina em *home office* para conciliar o espaço público de trabalho com o contexto privado do lar. Diante dos agravos a curto e a longo prazo que todas essas questões poderiam suscitar na saúde mental dos docentes, propusemos o cuidado continuado durante e após a pandemia, no sentido de reinventar-se os modos de trabalhar, deslocando esses sujeitos do individualismo e da competitividade para a ética da ação coletiva; assim como de reprojetarem-se a vida, o tempo dedicado ao trabalho e as instituições (Macêdo, 2020; Macêdo, Amorim, & Oliveira, 2023; Macêdo, Amorim, & Souza, 2021).

Diante do exposto, reconhecemos a necessidade de se empreender nessas universidades uma cultura de solicitude, que fortaleça os vínculos, que elimine as relações tóxicas e instaure o cuidado restaurador do sentido da vida. O Nordeste é uma região cujo povo é reconhecido pela sua solidariedade (Fontes, 2008). Somos disponíveis afetivamente para o outro, acolhemos as pessoas com calor humano e somos parte de comunidades vinculadas umas com as outras. Então, porque manter no nosso ambiente de trabalho a rivalidade, a concorrência desenfreada, o silêncio que nos emudece e emudece o outro? No contexto do trabalho docente, temos uma jornada de trabalho exorbitante, muitas dificuldades e inúmeras metas a alcançar, mas isso não nos impede de criarmos relações saudáveis.

Assim, propomos as seguintes estratégias como possibilidades de fatores de proteção à saúde mental do docente de universidades públicas nordestinas:

1. A partir de parcerias estratégicas entre colegas docentes, promoverem-se eventos institucionais entre laboratórios e ligas, respeitando a prática efetiva da multi e da transdisciplinaridade, assim como práticas cotidianas de reconhecimento do valor do trabalho do outro, levando em consideração a cultura regional nordestina, imbuída de valores como calor humano e solidariedade.
2. Grupos interventivos com docentes (Macêdo, 2015, 2024), que envolvem a facilitação de um espaço de escuta e fala para que os trabalhadores possam, em um contexto dialógico, compartilhar experiências, ressignificar o sofrimento, produzir novos sentidos e construir conjuntamente estratégias de enfrentamento. Interessante, também, a proposta de Azeredo (2022), ao realizar intervenções grupais com docentes, a partir de diálogos construtivos sobre o cuidado de si e do outro.
3. Apoio dos gestores em lutas coletivas por políticas públicas em benefício da nossa saúde mental, pois as mudanças reais nas organizações ocorrem de forma descendente, sendo os gestores os pilares para os processos de mudança. No entanto, é preciso que se amplie a força sindical dos docentes das universidades do Nordeste, para que melhores condições de saúde mental no trabalho façam parte da pauta de reivindicações desses trabalhadores, juntamente aos demais sindicatos nacionais, é claro.

4. Currículos que absorvam projetos que incluam atividades lúdicas, de lazer, oficinas, cafés da manhã e/ou lanches coletivos da tarde, jogos interativos, semanas artísticas-culturais (envolvendo danças regionais, cordel, concursos de poesia, pintura e escultura) na comunidade acadêmica entre os diversos atores (técnicos, docentes, discentes e familiares), para que superemos nosso endurecimento diante do outro, no sentido de produzir cuidado-junto-com-outros para uma vida mais digna em sociedade.
5. Promoção de espaços dialógicos entre técnicos, docentes e discentes podem ser muito vantajosos para o eclodir de ideias, diminuição da culpabilização e assunção de corresponsabilidades, como podemos ver a partir do estudo de Goldstein, Meza Mosqueira e Demouliere (2022).
6. Assembleias semestrais também seriam uma ótima alternativa para decisões coletivas no que diz respeito a questões que, muitas vezes, ficam centralizadas na gestão universitária, sem participação dos demais membros da comunidade acadêmica.
7. Contato com sindicatos de técnicos administrativos e docentes, assim como com representações estudantis, no sentido de viabilizar espaços de diálogo ou estabelecer parcerias para cuidado da classe trabalhadora. Essa parceria poderia, também, ser feita com serviços escola de Psicologia e com o Serviço Integrado de Assistência à Saúde do Servidor, órgão que existe em várias universidades federais.
8. Cine-debates sobre experiência docente e casos de comprometimento da saúde mental no trabalho, em virtude da precarização das situações de trabalho e da precariedade subjetiva, com a participação de estudiosos nas temáticas seriam uma boa forma de ampliar a conscientização da comunidade acadêmica sobre esses fenômenos.
9. Eventos em que os docentes levem seus parentes também pode ser um incentivo para o vínculo família-comunidade acadêmica, visto que o produtivismo acadêmico tem invadido e prejudicado o espaço de convivência familiar dos docentes.
10. Por fim, no contexto universitário, existem vários cursos que podem se juntar em projetos de cuidado, pois é urgente que nossos trabalhadores sejam amparados por ações interventivas que resguardem sua saúde mental em um cenário tão carente de

pesquisas sobre o tema (Perez, Brun, & Rodrigues, 2019) e de políticas públicas que defendam atividades preventivas e promotoras de saúde (Macêdo et al., 2021).

Considerações Finais

Ao final do presente ensaio, acreditamos ter alcançado nosso objetivo de suscitar reflexões sobre a relação entre precarização da situação de trabalho e o processo de precariedade subjetiva em docentes de universidades públicas nordestinas na contemporaneidade.

Além dessas reflexões nos levarem a conceber a precariedade subjetiva como um processo de empobrecimento crítico que deixa o docente-trabalhador submetido a um processo subjetivo de sofrimento e/ou adoecimento, com desdobramentos graves em face dos mecanismos de controle comportamental do sistema meritocrata vigente nessas instituições, chegamos à conclusão de que é necessário desenvolver uma cultura de retomada do trabalho docente bem feito e respeito ao trabalhador-docente, o que deverá ser ratificado por políticas públicas voltadas para esses sujeitos, como forma de beneficiar toda a comunidade acadêmica.

De certo que, ao partirmos de uma abordagem histórico-cultural da atividade trabalho, lançamos a outros interessados no tema o desafio de compreender a relação entre as temáticas aqui abordadas a partir de outras perspectivas teórico-metodológicas, inclusive no que diz respeito a outros servidores públicos ou mesmo a outros trabalhadores de educação superior pública ou privada, pois, estudar o contexto produtivo de trabalho na educação, independente de paradigmas científicos, é uma forma de nos unirmos na luta coletiva contra as amarras de um sistema que transforma a educação em mercadoria, a ciência em métrica meritocrática e os trabalhadores envolvidos com esse saber-fazer em servos voluntários.

Portanto, deixamos registrados nossos votos no sentido de que, como docentes pesquisadores-trabalhadores, possamos denunciar aspectos de um sistema que tende a mortificar nossa subjetividade. Acreditamos que, diante desse sistema, as estratégias aqui apresentadas possam se constituir em fatores de proteção para a nossa saúde mental, a fim de nos tornarmos, nós e nossos parceiros, pessoas mais realizadas pela atividade bem-feita que executamos. A nossa luta tem que ser, sempre, por modos de sentir e pensar mais autônomos, amparados por reconhecimento dos pares. Só assim, teremos nosso poder de agir mais ampliado em nome daquilo que nos faz sujeitos humanos e não meros produtores: nosso trabalho.

Referências

- Araújo, P. C., & Cusati, I. C. (2019). A Universidade Federal do Vale do São Francisco: um paradigma da expansão? *Revista de Educação da Universidade Federal Do Vale Do São Francisco*, 9(20), 120–157.
<https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revASF/article/view/919>
- Azeredo, L. A. S. de. (2022). Projeto “Vivenciando o cuidado de si e do outro na/para a docência”: algumas vivências e impressões. *Horizontes*, 40(1), e022021.
<https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1297>
- Béhar, A. H. (2019). Meritocracia enquanto ferramenta da ideologia gerencialista na captura da subjetividade e individualização das relações de trabalho: uma reflexão crítica. *Organizações & Sociedade*, 26(89), 249-268. <https://doi.org/10.1590/1984-9260893>
- Bernardo, M. H. (2014). Produtividade e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. *Psicologia & Sociedade*, 26(spe), 129-139.
<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000500014>
- Bosi, A. P. (2007). A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação e Sociedade*, 28(101), 1503-1523.
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000400012>
- Carvalho, J. J., Kidoiale, M., Carvalho, E. N. de, & Costa, S. L. da. (2020). Sofrimento psíquico na universidade, psicossociologia e encontro de saberes. *Dossiê saúde mental pela perspectiva das ciências sociais. Revista Sociedade e Estado*, 35 (01), 135-162.
<https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202035010007>
- Clot, Y. (2006). *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis, Vozes.
- Clot, Y. (2010). *Trabalho e poder de agir*. Fabrefactum.
- Clot, Y., Lhuillier, D. (2010) *Travail et santé*. Érès.
- Coelho, R. de F. N., Sousa, F. L. de, & Coelho, I. N. (2016). A saúde de professores universitários no sertão nordestino – Brasil: investigando suas características clínico-comportamentais. *Mneme - Revista De Humanidades*, 17(38), 83–102.
<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/9552>
- De Farias Júnior, R. S. (2020). “Publish or perish”: o produtivismo acadêmico e o adoecimento docente. *Revista Cocar*, 14(28), 644–663.
<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3142>
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, 14(3), 027-034.
<https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004>
- Dejours, C. & Gernet, I. (2012) *Psychopathologie du travail*. Issy-les-Moulineaux, Elsevier Masson.

Do Nascimento, C. L., & Macêdo, S. (2019). A crise do sentido e a saúde mental no mundo contemporâneo do trabalho: proposições fenomenológicas. *Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental*, 8(1), 95-112. <https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/237>

Fernández-Zoïla, A. (2016). Pour une théorie de l'homme en psychopathologie du travail. *Dans Traváiller*, 1(35), 67-89. <https://www.cairn.info/revue-travailler-2016-1-page-67.htm>

Goldstein, T. S., Meza Mosqueira, S., & Demouliere, I. G. (2022). Vida universitária e saúde mental: a produção coletiva de cuidados na contramão da medicalização do sofrimento. *Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade*, 11(3), 78-99. <https://doi.org/10.9771/re.v11i3.42147>

Guerreiro, P. L. P. (2015). A falsa democracia da expansão educacional pela lei 11.892/2008: resultado em forma de precarização do trabalho docente em um IF do Nordeste brasímeiro. *Organizações e Democracia*, 16(1), 53-68. <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2015.v16n1.5161>

Han, B-C. (2017). *Sociedade do cansaço*. Vozes.

Jardim, R., Oliveira Junior, M. G. de, Schott, M., Reis, A. S., & Matos, L. E. O. (2022). Health conditions of university professors linked to a federal institution of higher education in the interior of northeastern of Brazil. *Research, Society and Development*, 11(10), e443111033142. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i10.33142>

Leite, J. L. (2017). Publicar ou perecer: a esfinge do produtivismo acadêmico. *Revista Katálysis*, 20(02), 207-215. <https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p207>

Linhart, D. (2009). Modernisation et précarisation de la vie au travail. *Papeles del CEIC*, 1(43), 1-19. <http://www.identidadcolectiva.es/pdf/43.pdf>

Lhuillier, D. (2006). *Cliniques du travail*. Érès.

Lhuillier, D. (2016). Psychopathologie du travail contemporain: nouveaux défis cliniques. *Trabalho (En)Cena*, 1(1), 84–97. <https://sistemas.ufc.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/2433>

Macêdo, S. (2015). *Clínica humanista-fenomenológica do trabalho: a construção de uma ação diferenciada diante do sofrimento no e por causa do trabalho*. Juruá.

Macêdo, S. (2020). Um olhar para a subjetividade e a saúde mental do trabalhador durante e após a pandemia da COVID-19. *Trabalho (En)Cena*, e021005, 1-17. <https://sistemas.ufc.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/9895/18280>

Macêdo, S. (2024). *Clínica humanista-fenomenológica do trabalho: teoria, método e ação*. Juruá.

Macêdo, S., Amorim, J. L., & Oliveira, J. C. S. P. (2023). O ensino remoto emergencial para docentes de universidades públicas nordestinas. *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, XXIX(2), 1-27. <https://itgt.com.br/rag/index.php/go/article/view/139/98>

- Macêdo, S., Amorim, J. L., & Souza, M. P. G. de. (2021). Distanciamento social na pandemia da covid-19: estudo com docentes universitárias. *Linhas Críticas*, 27, e39455. <https://doi.org/10.26512/lc27202139455>
- Merlo, A. R. C. (2013). Sofrimento silenciado, patologia da solidão e suicídio no trabalho: a questão da atenção à saúde. In A. R. C. Merlo, A. M. Mendes, & R. D. de Morias (Orgs). *O sujeito no trabalho: entre a saúde e a patologia*, pp. 93-199. Juruá.
- Perez, K. V., Brun, L. G., & Rodrigues, C. M. L. (2019). Saúde mental no contexto universitário: desafios e práticas. *Trabalho (En)Cena*, 4(2), 357–365. <https://doi.org/10.20873/2526-1487V4N2P357>
- Ribeiro, C. V. dos S., Leda, D. B., & Silva, E. P. (2015). A expansão da educação superior pública e suas implicações no trabalho docente. *Revista Educação em Questão*, 51(37), 147-174. <https://doi.org/10.5965/1981180251372016147>
- Ribeiro, C. V. dos S., & Leda, D. B. (2016). O trabalho docente no enfrentamento do gerenciamento nas universidades federais brasileiras: repercussões na subjetividade. *Educação em Revista*, 32(4), 97-117. <https://doi.org/10.1590/0102-4698161707>
- Rodrigues, A. M. S., Souza, K. R., Teixeira, L. R., & Larentis, A. R. (2020). A temporalidade social do trabalho docente em universidade pública e a saúde. *Ciênc. Saúde Coletiva*, 25(5), 1829-1838. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33222019>
- Romanini, M. (2021). As máscaras e a precariedade subjetiva: efeitos da pandemia na vida de estudantes universitários. *Revista de Psicologia da UNESP*, 20(1), 49-77. <https://doi.org/10.5935/1984-9044.20210003>
- Santos, S. D. M. (2012). A precarização do trabalho docente no Ensino Superior: dos impasses às possibilidades de mudanças. *Educar em Revista, Curitiba*, 46, 229-244. Editora UFPR. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602012000400016>
- Souza, K. R., Mendonça, A. L. O., Rodrigues, A. M. S., Felix, E. G., Teixeira, L. R., Santos, M. B. M., & Moura, M. (2017). A nova organização do trabalho na universidade pública: consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(11), 3667-3676. <https://doi.org/10.1590/1413-812320172211.01192016>
- Slaughter, S., & Leslie, L. L. (1997). *Academic capitalism. Politics, policies and the entrepreneurial university*. Baltimore: Johns Hopkins University Press. https://www.researchgate.net/publication/44824369_Academic_Capitalism_Policies_and_the_Entrepreneurial_University
- Teixeira, G. M., Xavier, G. M. V., & Nascimento, A. R. S. do (2023). Prevalência da Síndrome de Burnout em professores universitários da área de saúde numa capital do nordeste brasileiro. *Research, Society and Development*, 12(8), e19712843060. <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i8.43060>
- Teixeira, T. S. C., Marqueze, E. C., & Moreno, C. R. C. (2020). Produtivismo acadêmico: quando a demanda supera o tempo de trabalho. *Revista de Saúde Pública*, 54(117): 1-11. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002288>

Vieira, J. de A. V., Castaman, A. S., & Juges Jr., M. L. (2021). Produtivismo acadêmico: representação da universidade como espaço de reprodução social. *Avaliação (Campinas)* 26(01). <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000100014>

Informações sobre os autores

Shirley Macêdo

Endereço institucional: Av. José de Sá Maniçoba, s/n, Centro, Petrolina, Pernambuco, Brasil.

E-mail: shirley.macedo@univasf.edu.br

Jorge Falcão

E-mail: falcao.jorge@gmail.com

Contribuição dos Autores	
Autor 1	Escrita - Primeira Redação e Revisão
Autor 2	Supervisão, Escrita - Revisão